

SEMINÁRIO SOBRE MARCO CIVIL DA INTERNET

1. COBERTURA DA TV GLOBO:

Jornal Nacional



<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/04/marco-civil-da-internet-e-discutido-em-seminario-em-brasilia.html>

Nota coberta sobre o seminário.

Edição do dia 17/04/2013
17/04/2013 21h10 - Atualizado em 17/04/2013 21h10

Marco Civil da Internet é discutido em seminário em Brasília

Especialistas defenderam o direito à retirada de conteúdos de sites, sem necessidade de uma ação judicial, como forma de proteger o direito autoral.

 Tweetar 4

 Recomendar 20



O projeto de lei que trata do Marco Civil da Internet foi discutido, em Brasília, em um seminário promovido pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas e pela Abert, a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão.

Especialistas defenderam o direito à retirada de conteúdos de sites, sem necessidade de uma ação judicial, como forma de proteger o direito autoral. Outro ponto defendido foi a importância de que

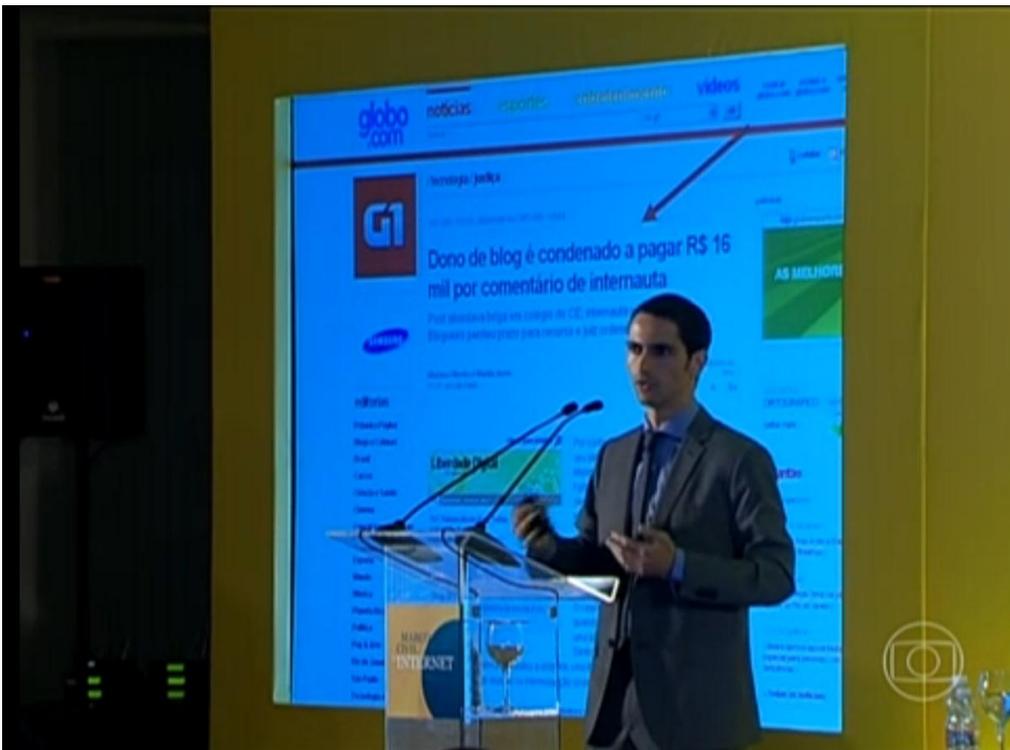
provedores de internet não priorizem o tráfego de determinados conteúdos em prejuízo de outros, ainda que ofereçam aos clientes pacotes de velocidades diferenciadas.



Jornal da Globo

<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/>

Imagem da apresentação do **Ronaldo Lemos** e sonora com ele, em que afirma que os empreendedores, sem regras claras, não conseguem navegar no mercado brasileiro de internet.





Bom Dia Brasil

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/04/projeto-de-lei-do-marco-civil-da-internet-e-debatido-em-seminario.html>

A mesma sonora do **Ronaldo Lemos** afirmando que o Brasil está muito atrasado na regulação do setor, o que gera insegurança jurídica a empresas e usuários.



2. IMPRESSOS E ONLINE:



<http://oglobo.globo.com/opiniao/um-espaco-democratico-8144497>

Um espaço democrático

- TEMA EM DEBATE: 'Neutralidade de rede' — Todos iguais na internet

RONALDO LEMOS

Publicado: 18/04/13 - 0h00

Atualizado: 18/04/13 - 0h00

Da mesma forma que a Constituição diz que todos são iguais perante a lei, o princípio da neutralidade da rede diz que todos os usuários e conteúdos devem ser iguais perante a rede. Essa ideia, longe de ser um tecnicismo de pouca importância, é o pilar da internet. Ela mantém a rede aberta à inovação, à competitividade e à livre iniciativa, à liberdade de expressão e a melhores serviços para o usuário.

Sem neutralidade, a internet fica parecida com a TV a cabo. Os provedores de conexão passariam a oferecer diferentes “pacotes” de serviço. O básico daria acesso apenas a e-mails e mensagens instantâneas. Já o “premium” permitiria acessar música e redes sociais. O “superpremium” permitiria então acesso a vídeos e download de arquivos. Essa situação, hoje impensável, surge no horizonte quando a rede deixa de ser neutra. Em vez de uma, aparecem várias internets restritas, sem os serviços que caracterizam a experiência completa da rede.

Mais grave, os provedores ganhariam o poder de bloquear ou dificultar conteúdos e serviços. Por exemplo, poderiam bloquear o Skype, evitando a competição com a telefonia. Ou ainda reduzir a velocidade de carregamento de vídeos, evitando a competição com serviços de “triple play”.

A neutralidade da rede assegura que todos os conteúdos, do e-mail a um vídeo, sejam tratados de forma não discriminatória. Assegura também que todos os usuários, pequenos ou grandes, receberão tratamento equivalente. De outro modo, os provedores poderão cobrar “pedágio” para que um site carregue mais

rapidamente. O resultado é trágico para a competitividade. Os grandes sites pagarão para seus conteúdos carregarem rapidamente. Já os pequenos ficarão condenados a uma velocidade de segunda classe, perdendo público.

Ou seja, em vez de expandir a rede e aumentar o número de usuários para gerar mais receitas, os provedores, sem neutralidade, podem simplesmente extrair mais receitas da mesma rede, discriminando serviços. Isso prejudica os incentivos para ampliação da rede e aumento da inclusão digital.

Por todas estas razões, o Marco Civil da Internet — projeto de lei em tramitação no Congresso — elegeu a neutralidade como elemento fundamental. Não está sozinho. Os EUA, a França e até mesmo o Chile estão tomando medidas robustas para proteger a neutralidade. Entendem que sem ela a rede perde o papel de alavancar o desenvolvimento e a inovação. Vale lembrar que o Marco Civil não é só mais um projeto de lei. Ele foi redigido após um inédito, amplo e aberto processo de consulta pública conduzida por mais de dois anos pelo Ministério da Justiça. Por todas estas razões, é chamado de “a Constituição da internet”.

Faz sentido. Afinal, a neutralidade relaciona-se diretamente à liberdade de expressão. Com ela, todos falam em iguais condições na internet, evitando controles ou bloqueios. Sem ela, quem tiver mais dinheiro pode privilegiar seus conteúdos e, assim, prejudicar os demais.

Proteger a neutralidade da rede garante que a internet continue aberta, democrática e inovadora em nosso país. Para isso, aprovar o Marco Civil e os direitos por ele assegurados é o primeiro passo.

Ronaldo Lemos, advogado, integra o Conselho de Comunicação Social com sede no Senado Federal, como representante da sociedade civil



O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/04/seminario-cobra-tramitacao-rapida-do-marco-civil-da-internet.html>

17/04/2013 22h43- Atualizado em 17/04/2013 22h52

Seminário cobra tramitação rápida do Marco Civil da Internet

Projeto de lei para regular rede está em debate na Câmara dos Deputados.

Evento promovido por FGV e Abert discutiu tema nesta quarta em Brasília.

Mariana Oliveira

Do G1, em Brasília



Participantes de um seminário promovido nesta quarta-feira (17) pela Fundação Getúlio Vargas e pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) sobre o Marco Civil da Internet defenderam uma tramitação mais rápida do projeto sobre o tema na Câmara dos Deputados.

O Marco Civil da Internet visa regulamentar a navegação na web e estabelecer direitos e deveres de provedores e usuários. A proposta foi elaborada pelo Ministério da Justiça após sugestões enviadas pela internet.

Entre os temas abordados no projeto, estão a retirada de conteúdos da internet, que atualmente é decidida pela Justiça sem uma lei específica; a privacidade dos usuários (se provedores podem manter informações); e a "neutralidade" da rede, com a finalidade de inibir a diferenciação de velocidade em relação ao tipo de usuário ou site.

Neutralidade e retirada de conteúdos

No seminário desta quarta, os participantes discutiram se deve haver diferenciação de velocidade em relação ao tipo de usuário ou site.

Olavo Chinaglia, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, defendeu a cobrança diferenciada, de acordo com o tipo de serviço oferecido.

Para Carlos Affonso, coordenador-adjunto do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio, os dados que trafegam na internet devem ser tratados de forma isonômica, ou seja, a velocidade não pode ser diferente entre os sites. "Não se deve diferenciar por causa da origem, do site, do usuário."

O presidente da Abert, Daniel Slaviero, disse que a isonomia no tratamento dos dados ou a cobrança diferenciada pelos serviços não influenciam na decisão do internauta de contratar pacotes diferentes, "de acordo com seu interesse ou sua disponibilidade".

Em outra mesa, o coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio, Ronaldo Lemos, e a ministra do Nancy Andrichi, do STJ, discutiram a questão da retirada dos sites de conteúdos ofensivos ou que firam direitos autorais.

Há especialistas que defendem o direito à retirada de conteúdos de sites sem a necessidade de uma ação judicial. Outros, como é o caso de Lemos, defendem que a obrigatoriedade da retirada seja fruto de decisão judicial.

O relator do projeto do Marco Civil, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), entende que, em caso de violação de direito autoral, o provedor deve retirar o conteúdo sem necessidade de ação judicial. Mas, segundo ele, a questão do direito autoral na internet não será contemplada no texto do Marco Civil e sim na Lei dos Direitos Autorais, a ser discutida no Congresso.

Participação da sociedade

Na abertura do evento, Molon afirmou que a sociedade também precisa cobrar atuação do Congresso.

"É importante cobrar da Câmara a votação para evitar que caia no esquecimento. Esse é o nosso adversário, a gaveta. Contra isso temos que lutar. E também contra a divisão porque aqueles que não concordam com algum ponto vacilam para a aprovação do Marco Civil", afirmou.

Segundo o deputado, enquanto o Marco Civil não é votado, os usuários da internet no Brasil "perdem sua privacidade com práticas já proibidas em outros países, que transformam seus interesses em mercadorias sem que sequer o usuário saiba disso".

O vice-diretor de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação da FGV Direito Rio, professor

Sérgio Guerra, disse que o Marco Civil poderá "solucionar conflitos" na internet.

"Estamos diante de um projeto que buscou novas ferramentas, não apenas normativas. [...] Visa solucionar conflitos na internet entre privacidade e outros direitos fundamentais, questões como liberdade de expressão, segurança jurídica. Também impõe limites do controle judicial sobre esses atos."

O presidente da Abert, Daniel Slaviero, disse que não se pode deixar o Congresso esquecer a proposta. Segundo ele, o Marco Civil é "a Constituição da internet, o balizamento geral, a espinha dorsal da internet".

"Depois dos intensos debates travados no ano passado, agora temos nova legislatura, novos líderes, e o trabalho começa do zero. O primeiro ponto é retomar a discussão", disse Slaviero.

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrichi também falou durante o evento e pediu que o Legislativo atue para não deixar a solução dos conflitos nas mãos do Judiciário, como ocorre atualmente. "Penso que não se pode deixar o projeto cair no esquecimento e assim não deixar na mão do Judiciário a solução de controvérsias."

Segundo a magistrada, o tribunal tem atuado na área e sentido dificuldade em razão da "lacuna legal" criada com a falta de regras. "O STJ já tem se manifestado nessa matéria. A proposta legislativa vem em boa hora e evidencia a percepção do legislador de uma lacuna legal que é, para nós juízes, a parte mais difícil. Não se sabe se estamos regulando de forma justa e eficiente as relações vindas do uso da rede mundial de computadores."



<http://oglobo.globo.com/tecnologia/marco-civil-engavetado-prejudica-sociedade-brasileira-diz-relator-8137957>

Marco Civil engavetado prejudica sociedade brasileira, diz relator

- O assunto é tema de seminário organizado pela Abert e a Escola de Direito da FGV-Rio

DANILO FARIELLO (EMAIL)

CRISTIANE BONFANTI (EMAIL)

Publicado: 17/04/13 - 11h44

Atualizado: 17/04/13 - 15h11

BRASÍLIA - O deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) disse nesta quarta-feira que o Marco Civil da Internet, projeto de lei relatado por ele, não pode ser esquecido ou “engavetado”, porque assegura direitos para os usuários da rede e dá segurança jurídica para investidores do setor. Ele esteve presente nesta quarta-feira em Brasília ao seminário Marco Civil da Internet, organizado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e pela **Escola de Direito da FGV-Rio**.

Para Molon, a divisão de posições entre aqueles que apoiam o projeto por conta de uma ou outra divergência acaba por, involuntariamente, impedindo a votação do tema na Câmara dos Deputados. No ano passado, tentou-se colocar o Marco Civil em votação mais de cinco vezes, sem sucesso, por falta de um acordo entre os líderes da Câmara.

- Enquanto o texto não é votado, o Brasil perde. Deixa de haver investimentos, o surgimento de empresas e a chegada de investimentos estrangeiros por conta da insegurança jurídica. Os usuários perdem a sua privacidade e sua liberdade de expressão. Precisamos contar à sociedade brasileira tudo o que ela perde com o Marco Civil engavetado.

Sérgio Guerra, professor da escola de Direito da FGV, disse que a o Marco Civil seria um amparo legal para a definição de padrões de uso e atuação na internet.

- A lei, obviamente, não traz todas as soluções para os problemas cotidianos, mas ela é importante para definir padrões, esse é o caso do Marco Civil da Internet - disse Guerra.

STJ considera boa a proposta, diz ministra

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Fátima Nancy Andrichi afirmou que o tribunal vem se manifestando sobre a matéria e considerou que a proposta do marco civil da internet vem em “boa hora”. A seu ver, a lacuna na legislação cria uma situação “muito difícil” para os juízes.

- As lacunas legais sempre causam ao poder judiciário um desafio muito grande porque não se sabe, efetivamente, se nós estamos tutelando de forma justa e eficiente as inúmeras relações jurídicas advindas do uso dessa rede mundial de computadores, matéria tão nova e tão complexa para todos os juízes - disse.

A ministra afirmou que os juízes têm momentos de “absoluta perplexidade” diante do uso da internet e disse que as discussões sobre o marco civil têm gerado uma diversidade de situações a serem completadas pela norma. Para a ministra, a grande preocupação no momento é “não deixar que o projeto de lei caia no esquecimento e, assim, não deixe na mão do Poder Judiciário a resolução das controvérsias”.

- Os processos que julguei até agora seguiram a linha do meu parco conhecimento e das poucas regulações que nós temos - disse a ministra, que observou que um dos temas preocupantes é a retirada, da internet, de conteúdos ofensivos ou que violem direitos autorais.

Princípio da neutralidade

Carlos Affonso Pereira de Souza, coordenador-adjunto do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, considerou que o princípio da neutralidade da rede é um dos pontos mais importantes da discussão sobre o marco civil da internet. Ele explicou que, na prática, esse princípio diz respeito ao livre acesso às informações que trafegam na rede, independentemente da velocidade da rede. Ele citou cenários como o da China, em que a população não tem acesso a páginas como a do Facebook, e da Arábia Saudita, em que, para negar acesso a algum site específico, a página se respalda em princípios religiosos.

Ele explicou que, hoje, diferentes países adotam posturas diferentes e que, neste momento, a questão precisa ser tratada no Brasil. A seu ver, sem uma decisão de neutralidade da rede, os brasileiros são protegidos pelo Código de Defesa dos Consumidores, pelo Código Civil e pelos órgãos de defesa da

concorrência. No entanto, a definição de um princípio legal, observou, vai esclarecer a questão nacionalmente e gerar segurança jurídica.

- É um debate sobre informação. De um lado, o usuário, com a questão do acesso à informação. De outro, para os que trafegam os dados, o dever de não restringir, de não discriminar esses dados por fatores políticos, religiosos, culturais e sociais, salvo, é claro, com eventual determinação legal ou judicial para que esses dados sejam retirados da internet - afirmou.

O coordenador disse que, embora exista a tendência de imaginar que o problema de restrição ao acesso a informações esteja presente apenas em outros países, é importante definir a legislação para o tema no Brasil. Em períodos eleitorais, disse, há várias decisões judiciais determinando a retirada de conteúdo da internet.

- O que se quer evitar é que, sem a neutralidade como princípio, se crie um efeito paralisante na divulgação de conteúdos na internet - afirmou.

Depois das tentativas frustradas de votação do Marco Civil, neste mês o tema voltou a ser tratado de maneira mais relevante em Brasília. amanhã a Abranet, associação que reúne os provedores de acesso e conteúdo da internet no Brasil, promove outro debate em Brasília sobre o tema.



18/04/2013

10:41 PAULO BERNARDO: GOVERNO É FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DO MARCO CIVIL NA INTERNET

Brasília, 18/04/2013 - O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, afirmou há pouco que o governo é favorável ao projeto de lei que trata do marco civil na internet. O texto está na Câmara, mas a votação foi adiada por várias vezes devido à falta de consenso sobre a proposta.

"O governo é autor do projeto do marco civil da internet. É um projeto importantíssimo e, embora tenha havido alterações na redação em razão das negociações no Congresso, nós achamos que está adequado. Portanto, deveria ser aprovado", afirmou. "Precisamos trabalhar para ter consenso e acordo no Congresso Nacional", acrescentou. (Anne Warth - anne.warth@estadao.com)